

O interessante é que em nenhum momento a gente conseguiu enxergar aqui, nos debates prós e contras, onde é que caminharia esse entendimento. É óbvio que esse entendimento se deu em algum lugar. Pena que não foi da forma transparente e direta como V. Exa. se comportou, e aqueles que também ocuparam a tribuna. O que quero registrar é que a sua indignação com o uso abusivo do álcool, com a destruição pessoal pelo tabaco, pelo álcool, foi arrefecida no momento em que se consolidou esse acordo. Àqueles que estariam votando a favor do projeto por essa razão, talvez tenha perdido o entusiasmo. Porque, repito, se a direção é a mesma o caminho encurtou muito e não chegaremos ao mesmo objetivo, se é que existe alguma pesquisa conclusiva atestando que o aumento do valor das drogas lícitas, das alíquotas, diminua o seu consumo.

Só quero dizer que tem alguma contradição, e, possivelmente, uma chateação de V. Exa. e de todos aqueles que estavam neste argumento. Gostaria que ficassem registradas essas mudanças inusitadas que acontecem no Parlamento. São mudanças estranhas de uma hora para outra. O debate ia por um caminho e, de repente, chegou-se a um acordo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não havendo mais oradores inscritos, com a desistência do deputado Delegado Olim, está encerrada a discussão, lembrando-os que não existe nenhuma emenda proposta que altere o mérito do projeto.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência levanta a sessão.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 22 horas e 54 minutos.

12 DE NOVEMBRO DE 2015 138ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA e JOOJI HATO
Secretário: ORLANDO BOLÇONE

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a visita de alunos do Colégio Palmares, acompanhados da professora Valéria Valenza; e dos ex-deputados Hélio César Rosas, José Carlos Tonin e Tônico Ramos, a quem dá as boas-vindas.

2 - ORLANDO BOLÇONE

Cumprimenta os visitantes. Dá conhecimento de pareceres da CPI que trata de acidentes ferroviários no estado de São Paulo. Comenta relato de Alexandre Porto, da ANTT, em reunião da comissão, ocasião em que a autoridade expôs as diversas ações do órgão visando o diagnóstico de problemas. Cita acidentes ocorridos em 2013 e em 2014. Destaca o propósito da CPI, identificar causas e trabalhar na implementação de políticas preventivas de acidentes.

3 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

4 - WELSON GASPARIINI

Comenta sobre a necessidade de se desfaldar a bandeira do municipalismo, visando ao desenvolvimento das cidades. Avalia que o poder das autoridades municipais é muito pequeno. Discorre sobre a estrutura política atual. Defende a redução de despesas públicas e uma melhor distribuição de receitas. Pede pela otimização na atuação de vereadores e de prefeitos.

5 - ED THOMAS

Para comunicação, convida para encontro público que ocorrerá nesta tarde, que encerra os trabalhos da CPI das Santas Casas. Acrescenta que no evento será entregue um relatório com os resultados apurados pela comissão. Discorre sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelas entidades. Defende maior destinação de recursos públicos para a Saúde.

6 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Tece elogios ao trabalho realizado pela CPI das Santas Casas. Reitera apoio às entidades hospitalares.

7 - CARLOS NEDER

Tece comentários sobre as reformas estruturais pelas quais, a seu ver, o Brasil precisa passar. Cita, como exemplo, a reforma sanitária. Discorre sobre o tema. Lembra princípios adotados como fundamentais na constituição do SUS, como o caráter universal e a preocupação de que a Saúde fosse tratada como algo integral, envolvendo prevenção e reabilitação, entre outros aspectos. Menciona homenagem ao sanitarista David Capistrano da Costa Filho.

8 - ITAMAR BORGES

Dá ênfase ao comunicado do deputado Ed Thomas. Comenta evento que acontecerá em Brasília, no dia 17 de novembro, para apresentar o programa do PMDB, denominado "Uma Ponte para o Futuro". Faz convite para o congresso, que visa debater o programa e o novo estatuto do partido. Defende a unidade política no sentido de se apresentar sugestões que combatam o desemprego, a alta dos juros e da inflação e a crise econômica.

9 - RAFAEL SILVA

Comenta visita recebida, ontem, de duas mulheres acometidas pelo câncer. Diz que após o uso da fosfoetanolamina, substância sintética desenvolvida pela USP de São Carlos para combater a doença, ambas tiveram melhora no quadro clínico. Defende a produção do composto.

10 - CORONEL TELHADA

Discorre sobre ocorrência em Itu, em que soldado da Polícia Militar atirou em homem munido de arma branca. Mostra reportagem exibida pela TV Globo. Defende a ação da Polícia. Tece críticas ao secretário de Segurança Pública por comentários sobre o caso, na internet.

11 - CORONEL TELHADA

Solicita o levantamento dos trabalhos, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Anota o pedido.

13 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, lembra ferimentos a bala, sofridos no passado. Destaca a gravidade da agressão a faca.

14 - RAFAEL SILVA

Para comunicação, exalta o deputado federal Celso Russomanno por pronunciamento, em Brasília, em favor de vítimas de câncer. Ressalta o apoio da TV Record para a produção de composto que combate a doença. Parabeniza o parlamentar e a emissora pelos posicionamentos.

15 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido do deputado Coronel Telhada. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 13/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Orlando Bolçone para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Quero dar ciência ao plenário que encontram-se visitando a Assembleia Legislativa hoje os alunos do Colégio Palmares. A professora responsável é a Valéria Valenza. Sejam bem-vindos. Solicito a todos uma salva de palmas para os nossos alunos. (Palmas.) Tenham uma ótima estadia aqui nesta tarde. Sejam muito bem-vindos.

Quero também saudar nossos sempre deputados que nos visitam aqui: primeiro, um grande amigo da Polícia Militar, dos nossos velhos tempos, deputado Hélio César Rosas, seja bem-vindo, deputado. (Palmas.) Também o querido deputado José Carlos Tonin. Seja bem-vindo, deputado. (Palmas.) E o nosso presidente, sempre deputado, o deputado Tônico Ramos. (Palmas.) Sejam bem-vindos. Os senhores abrihantam esta tarde com vossa presença. Muito obrigado pela presença.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - É uma honra receber o deputado Coimbra, do nosso presidente Tônico Ramos e o querido mestre, referência de vida e que foi o grande constituinte desta Casa, deputado estadual e federal Hélio César Rosas. É uma alegria recebê-los.

Para os alunos da escola Palmares, a Assembleia Legislativa desenvolve um trabalho no sentido de resgatar a memória do Legislativo paulista nesses 160 anos e está registrando a experiência de todos os deputados que por aqui passaram e tiveram passagens históricas. Esse trabalho é presidido pelo ex-presidente Tônico Ramos.

Sr. Presidente, o motivo que me traz à tribuna é apresentar os resultados das duas últimas reuniões da CPI que trata dos acidentes ferroviários no estado de São Paulo. Os acidentes ferroviários têm ocorrido com relativa frequência e a Assembleia Legislativa instalou uma CPI para estudar a razão, procurar os motivos e sugerir políticas preventivas quanto aos acidentes ferroviários.

Na última terça-feira, nós recebemos o Sr. Alexandre Porto, da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres -, que veio, pela segunda vez, à CPI para fazer um relato das diversas ações para que pudéssemos fazer um diagnóstico dos problemas, aprofundando-os. Essa CPI já tem por volta de três meses de estudo.

Para ter uma ideia, por exemplo, dois graves acidentes ocorrerem em 2013 e, depois, em 2014. O primeiro, em 2013, aconteceu na cidade de São José do Rio Preto e ceifou a vida oitos pessoas, inclusive de uma criança. Houve um descarrilamento de uma composição com perto de 100 vagões que passa dentro do perímetro urbano daquela cidade. O segundo, em 2014, aconteceu na cidade de Limeira e ceifou a vida de 10 pessoas.

A CPI está fazendo um trabalho de identificação e de propostas para que essas acidentes não voltem a ocorrer. Temos que conhecer as suas causas e nos prevenir.

Nós ouvimos a ANTT, que é quem faz essa fiscalização - de forma precária. Para ter uma ideia, no estado de São Paulo nós temos uma malha ferroviária de 4.900km e apenas oito fiscais cobrem essa área, no total de 12 funcionários.

Por outro lado, o que nos anima - e é a razão do nosso trabalho -, das próprias ações que já vinham sendo desenvolvidas e que vêm sendo fiscalizados por esta Casa, é que as ferrovias do estado de São Paulo teriam prazo de concessão a vencer em 2026 e 2028. A ANTT vai procurar antecipar o vencimento para colocar nas próprias concessões exigências de obras diversas que venham a prevenir esses acidentes.

Para se ter uma ideia, 60% dos acidentes ocorrem dentro de área urbana. Com isso estão sendo propostos, e essa CPI vai acompanhar, contornos ferroviários naquelas cidades onde haja uma intersecção entre a malha ferroviária e o perímetro urbano, onde haja fenômenos de conurbação. A via ferroviária seria desviada em forma de contorno, evitando assim futuros acidentes. Ela passaria pela região rural dessas cidades.

Cito dois exemplos. O primeiro deles envolve as cidades de São José de Rio Preto, Mirassol e Cedral, que teriam um contorno passando por fora da conurbação dessas três cidades. Isso possibilita segurança total. Outro exemplo seria na região de Limeira, fazendo o mesmo processo. Nessas duas regiões ocorreram os maiores acidentes. Esse contorno é chamado de variante.

Há outras pequenas ações que podem ser tomadas. Digo pequenas ações diante da grandiosidade do desafio que é a malha ferroviária do estado de São Paulo, que possui 4.900 quilômetros. Outras intervenções totalizariam um valor expressivo. O valor e as ações são para serem desenvolvidas ao longo dos próximos anos. As ações devem ser colocadas em planos estratégicos e exigidas das concessionárias - ALL, no caso da malha que estamos falando.

Os investimentos são da ordem de 4,2 bilhões de reais. A CPI vai acompanhar e já há inclusive um acordo de que, mesmo concluída, o que deve ocorrer até o final de novembro, passáremos a acompanhar, por meio das diversas comissões desta Casa e especialmente a Comissão de Transportes, o que efetivamente foi feito, de modo a evitar que novas vidas sejam ceifadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Parabéns, nobre deputado Orlando Bolçone, que cuidou de um tema extremamente importante em um País que tem a extensão territorial de um continente. O maior crime foi ter extinguido várias linhas férreas, modalidade extremamente importante na mobilidade e na economia de um País como o Brasil.

Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARIINI - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: hoje venho a esta tribuna, com uma convicção muito forte, para desfaldar a bandeira do municipalismo. Tenho pensado seriamente sobre qual seria o caminho mais rápido para o Brasil realmente encontrar diretrizes sólidas para o seu processo de desenvolvimento econômico e social.

Falo à vontade sobre o tema do municipalismo porque tive a honra de ser presidente da Associação Brasileira de Municípios e, como tal, defender esse movimento de grande importância para o processo de desenvolvimento nacional.

Infelizmente, sentimos que a força das autoridades municipais é muito pequena. Cada vez mais o governo federal acaba dominando a ação política e administrativa do desenvolvimento do País. Onde moram os brasileiros? Já foi dito, com muita razão, que eles não moram em Brasília e nem nos Estados, mas sim nas cidades. Portanto, devemos entregar às autoridades locais maiores responsabilidades e poderes para o povo realmente acompanhar a ação dos administradores e tomar providências tomando a ação administrativa pública mais benéfica aos diretamente interessados.

Hoje, em Brasília, há 03 senadores representando cada estado e 513 deputados federais legislando sobre os assuntos políticos e administrativos de todo o país. De que adianta? Poderíamos simplificar tudo isso e reduzir despesas. Hoje, a arrecadação de impostos é feita de forma a destinar 60% do arrecadado para o governo federal.

Depois, acontece essa humilhação dos prefeitos, vereadores, autoridades e líderes locais terem de ir à Brasília, de joelhos, pedir recursos para realizar tarefas que podem e devem ser realizadas pelos administradores municipais.

É importante termos, com urgência, uma descentralização da Administração Pública. Tudo o que for possível fazer através dos prefeitos e vereadores nas cidades deve ser feito. Que eles tenham, portanto, os recursos necessários, podendo efetivamente, com a rapidez devida, tomar as providências necessárias.

Competiria à Administração Pública federal, naturalmente, as diretrizes nacionais. Sem sombra de dúvidas, alguns aspectos do desenvolvimento do nosso país têm de ser responsabilidade do governo federal, entre tais a Segurança Pública e outras atividades. No mais, tudo o que for possível ser realizado por administradores locais - prefeitos e vereadores - deve ser entregue a essas autoridades.

Fica mais fácil para o povo escolher os seus representantes. É muito fácil a população escolher um prefeito e um vereador porque sabe onde esse candidato mora, sabe quem ele é, o que ele faz, já fez na sua vida e o que poderá fazer em benefício da comunidade local.

Dedicarei grande parte da minha atuação política e administrativa para o fortalecimento do municipalismo brasileiro. Que as nossas autoridades locais tenham mais força e mais recursos para realizar o esperado pela população dos seus governantes.

Tenho certeza de que o municipalismo pode ser, sem dúvidas, o caminho para dar novos rumos ao nosso país. O municipalismo pode fazer com que a Administração atenda mais rapidamente aos justos anseios dos moradores de uma cidade com a população podendo cobrar, dessas autoridades, uma administração justa e, principalmente, o atendimento das suas aspirações.

O SR. ED THOMAS - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de fazer um comunicado e, ao mesmo tempo, um convite aos Srs. Deputados, às dignas Sras. Deputadas e aos funcionários da Assembleia Legislativa.

Daqui a pouco, às 15 horas, no Auditório Paulo Kobayashi, teremos um encontro público muito importante, tratando da finalização dos trabalhos da CPI das Santas Casas. Eles foram encerrados e nós faremos a entrega do relatório final às Santas Casas que estiverem presentes, dando transparência a esta CPI.

Informação é direito do cidadão e eu gostaria de fazer esse convite mais uma vez, não somente aos deputados que trabalharam na comissão, mas a todos desta Casa. Todos têm, com certeza, representatividade também na Saúde. Os 94 deputados certamente tiveram recursos enviados às Santas Casas de suas bases eleitorais e das regiões administrativas a que pertencem.

As Santas Casas vivem dificuldades que não são poucas. Algumas delas correm risco de fechamento. Encerramos esse trabalho e detectamos que o recurso é mais importante do que o discurso. A Saúde, realmente, pede socorro, e não apenas no estado de São Paulo, mas em todo o País.

Com certeza, trata-se de um chamamento aos governantes, em especial aos do estado de São Paulo, para que invistam muito mais na Saúde. Vivemos um período de cortes, é verdade, mas, na Saúde, não se pode fazer isso. Já se cortou demais a carne das pessoas doentes deste País e elas precisam de respeito, de dignidade e de tratamento.

Encerramos a CPI e fazemos esse convite aos deputados e deputadas da Assembleia Legislativa. Será às 15 horas, no Auditório Paulo Kobayashi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência, em nome de todos os deputados, saúda o nobre deputado Ed Thomas e todos aqueles que integraram a CPI das Santas Casas que, hoje, às 15 horas, no Auditório Paulo Kobayashi, apresentará suas conclusões e o relatório final.

Parabéns mais uma vez. É um tema extremamente importante, até porque são as Santas Casas que atendem o maior número de pacientes necessitados e elas estão passando por muitas dificuldades. Qual é a Santa Casa que, hoje, não está fechando as suas portas? Precisamos apoiar e ajudar.

Parabéns a todos os integrantes dessa comissão e ao seu presidente, deputado Ed Thomas.

Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, público que nos acompanha, todos sabemos que o Brasil necessita de reformas estruturais. Uma delas é a chamada Reforma Sanitária.

Mesmo durante o período da ditadura militar, do governo autoritário, os movimentos sociais, aqueles que lutavam pela redemocratização do País, já pontuavam a necessidade de um sistema nacional de saúde, público, gratuito e de qualidade, que pudesse atender ao conjunto da população brasileira, com caráter universal e descentralizado.

Havia um consenso entre todas as lideranças, a tal ponto que se falou, naquele momento, que teríamos no Brasil o Partido da Reforma Sanitária. Ali não havia, como algo importante, uma diferenciação entre os que tinham formação comunista, socialista, social-democrata, de centro ou até mesmo de direita, dada à compreensão de que era preciso avançar na organização de um sistema de saúde que abrangesse o País como um todo e que dialogasse com as unidades da Federação e o papel dos municípios.

Alguns princípios foram adotados como fundamentais nessa proposta que veio a se constituir no Sistema Único de Saúde, na Constituição de 1988. Já me referi ao caráter universal, mas também houve a preocupação de que a Saúde fosse tratada como integral, que envolvesse desde ações de promoção, prevenção, recuperação e de reabilitação, em diferentes níveis de complexidade. Um sistema público, que interage com a iniciativa privada e coordena as ações que desenvolve em conjunto com o setor filantrópico, não lucrativo. Cabe destacar, também, a importância dada aos mecanismos de participação social, por meio de conferências e conselhos de gestão compartilhada com usuários, trabalhadores de saúde e prestadores de serviços.

Outro ponto que precisa ser destacado é a ênfase dada ao processo de descentralização, enfatizando a desejada proeminência, que depois se confirmou, dos municípios na implementação desse sistema e no respeito a suas diretrizes. Municípios que foram sendo progressivamente incumbidos de fazer a atenção básica, especializada e, de modo regionalizado, articulando as suas possibilidades de tal sorte a não termos todos os níveis de complexidade de atenção em um único município, mas com a proposta de que eles se organizassem regionalmente, em consórcios ou de outras maneiras, para se auxiliarem com o apoio dos governos estadual e federal.

Muitas lideranças da Reforma Sanitária vieram a ocupar um espaço importante no cenário político brasileiro. Aqui quero me referir ao David Capistrano da Costa Filho, sanitarista de primeira grandeza, secretário de Saúde em Bauru e em Santos, posteriormente eleito prefeito de Santos. Originalmente membro do Partido Comunista Brasileiro, assim como seu pai, que foi morto e "desaparecido" pela polícia, pelo exército e por aqueles que agiram na brutal repressão que caracterizou a ditadura militar, coisa que ainda hoje o Brasil não passou a limpo, em que pese a instalação de Comissões da Verdade para apurar de que maneira ele e outros companheiros de luta foram mortos, o que foi feito com seus corpos e o fato de não terem permitido a suas famílias tê-los em paz, com o respeito que se deve a qualquer cidadão, com o devido julgamento desses crimes.

Nesse sentido, quero dizer que orgulhosamente participei de uma emocionante homenagem, organizada por lideranças de vários partidos políticos, de entidades que compõem o Movimento da Reforma Sanitária, de representantes de universidades, para ressaltar a importância da atuação política e sanitária do David Capistrano Filho e também como um resgate da sua memória, 15 anos após sua morte, inclusive por sua militância no Partido dos Trabalhadores

Na ocasião foi divulgado um documento da lavra de José Ruben de Alcântara Bonfim, denominado David Capistrano da Costa Filho, um exemplo a ser seguido, que passo a ler:

"Tributo a David Capistrano Filho (1948-2000)

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo 10 de novembro de 2015

David Capistrano da Costa Filho, um exemplo a ser seguido José Ruben de Alcântara Bonfim

De antemão, louvemos a iniciativa do professor José da Silva Guedes, secretário de Estado da Saúde e presidente do Conselho Estadual de Saúde, da professora Elza Lobo, secretária executiva deste Conselho, e das senhoras e senhores conselheiros, em homenagem David que foi, de forma muito apropriada, denominado pelo semanário Época, desta semana, um dos maiores sanitanstas do País.

É motivo de orgulho para todos nós que David tenha imprimido um significado especial à palavra sanitarista que em um dicionário de referência concebido em outro tempo, designa a "pessoa que é perita em assuntos sanitários"; o adjetivo sanitário então queria dizer "relativo à higiene", "destinado a livrar ou preservar a saúde pública ou particular de tudo quanto pode prejudicá-la, principalmente no que diz respeito a doenças endêmicas ou contagiosas".

É verdade que ainda nos ocupamos de enfermidades "endêmicas ou contagiosas" agora apresentadas sob outros novos tipos - simbolizadas na síndrome de imunodeficiência adquirida - ou as enfrentamos sob formas ditas reemergentes.

Todavia David, com extraordinária competência, contribuiu para alargar o campo tradicional da saúde pública introduzindo os temas relativos às doenças crônicas degenerativas, hoje em dia em nosso meio responsáveis pela morbimortalidade mais expressiva, até então característica dos países desenvolvidos; ou seja, David foi um dos fundadores de nossa moderna saúde pública, mais bem denominada saúde coletiva.

Mas David não ficou apenas nisso. Infundiu, com muitos outros sanitanstas, no conceito de sanitarista, "a pessoa perita em assuntos sanitários", a poderosa ideia de que "se deve trabalhar com a ótica de atacar os problemas principais, os riscos maiores para a vida e a saúde da população, identificados pela investigação epidemiológica, pela experiência e pela pressão popular. E atacar com os meios, materiais e humanos, disponíveis, com as forças que tivermos à mão"; e que isso "não é difícil, e muito menos impossível, trabalhar assim. O único requisito indispensável é o compromisso. Compromisso com a vida e compromisso com os que sofrem". David não só assinalou o novo conceito de sanitarista, as novas atribuições e responsabilidades, que está à espera de dicionarização. Realizou-as em pouco mais de um quarto de século de vida profissional.

Mas David não tinha somente a límpida compreensão de uma "cultura sanitária de síntese", da necessidade de aplicação de uma efetiva Carta de Direitos - "o reconhecimento de direitos ao trabalho, à alimentação, à habitação salubre, à cultura, além dos mais amplos direitos civis e políticos"3 -, e da luta pelo desenvolvimento de leis complementares, na legislação ordinária, como Rudolf Virchow fez na Alemanha do século XIX, como os ingleses no pós-guerra e os italianos nos anos sessenta. David salientou os aspectos político-culturais da construção do Sistema Único de Saúde, isto é, os aspectos político-culturais da municipalização. E empregava o termo político na acepção usada por Cícero, célebre orador e homem público romano: "Isto é, políticos por dizerem respeito aos interesses das cidades, enfim da coisa pública".4 David não é simplesmente um sanitansta de renome internacional. Foi um exemplo para que possamos dar um significado renovado à expressão servidor público, condição que também a exerceu pelo voto popular quando foi prefeito de Santos.

E para ressaltar essa outra dimensão de David, colhi em recente edição de textos de Cícero - creio que David não chegou a conhecer - um pensamento do orador latino a respeito do político ideal, do magistrado no sistema romano, isto é, de todo e qualquer ocupante de um cargo público: "A essência de um magistrado está em comandar e prescrever ações corretas, úteis e conformes às leis, pois como as leis presidem aos magistrados, assim os magistrados ao povo, e verdadeiramente se pode dizer que um magistrado é uma lei falante, e a lei, um magistrado mudo".

A atuação multiface de David - o médico, sim porque ele exerceu a clínica que certamente ampliou sua sensibilidade política; o agitador social que honrou as tradições libertárias da humanidade; o organizador de serviços de saúde, de educação e de cultura que são reconhecidos como modelares; o difusor de ideias generosas para transformar nossa vida tornando-a mais justa - certamente exigirá um esforço de biógrafos sob um painel de sua intensa luta que começou antes do golpe militar de 1964, quando mal começava sua adolescência. Em muitos momentos expressou uma ideia recorrente, mesmo após a derrota do regime militar. Em 1978 ao apresentar esse extraordinário livro que é Mediana e Política, de Giovanni Berlinguer, um dos primeiros da coleção Saúde em Debate da qual foi um dos fundadores, disse David: "Tendemos a traduzir [a relação entre medicina e política] para saúde e democracia, porque nele não se trata de medicina, stricto sensu. Democracia porque a política que serve ao progresso sanitário - demonstra cabalmente o autor - é unicamente aquela que propugna a conquista, a defesa e a ampliação constante da democracia, hoje aspiração maior do povo".